

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES
CENTRO DE ESTUDOS LATINO AMERICANOS SOBRE CULTURA E COMUNICAÇÃO

Concepção de Educação

A reforma no ensino médio brasileiro e as
experiências em Cuba e na Finlândia.

Guilherme Barcelos de Lima

Abril 2017

Trabalho de conclusão de curso apresentado como requisito parcial para
obtenção do título de Especialista em Mídia, Informação e Cultura.
sob orientação do Prof. Dr. Ricardo Alexino.

CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO - A reforma no ensino médio brasileiro e as experiências em Cuba e na Finlândia.¹

Guilherme Barcelos de Lima

RESUMO

Em uma edição especial do *Diário Oficial da União* foi publicada a Medida Provisória nº 746, de 22/09/16 que faz mudanças no ensino médio brasileiro. Suas principais propostas são: o estímulo ao ensino em tempo integral e a flexibilização do currículo escolar. Apoiados na premissa de ser um ensino que dialoga melhor com a juventude e com o setor produtivo.

A presente pesquisa visa analisar de maneira crítica os possíveis erros e as possíveis virtudes que tal reforma pode acarretar. Trazendo como contraponto às experiências educacionais em Cuba e na Finlândia – sistemas de grande sucesso.

Palavras-chave: Educação; Ensino Médio; Brasil; Cuba; Finlândia.

ABSTRACT

In a special edition of *Diário Oficial da União* it was published the provisional measure Nº 746 of 22/09/16 that transform the Brazilian High School. The main proposals are: A full-time education's incentive and a school schedule flexibility. From the premise of being a teaching that dialogue with the youth people and the productive department.

This research analyses in a critical form what possible mistakes and virtues that reform can brings. Showing in the opposite Cuba and Finland's educational experiences, both are a great successful systems.

Key words: Education; High school; Brazil; Cuba; Finland.

RESUMEN

En una edición especial del *Diário Oficial da União* se publicó la Medida Provisional Nº 746 de 22/09/16, que hace cambios en la escuela secundaria brasileña. Sus principales propuestas son: la promoción de la enseñanza a tiempo completo y la flexibilización del plan de estudios. La base de la medida es la proposición de generar una escuela con más diálogo con los jóvenes y con el sector productivo. Esta investigación tiene el objetivo de hacer un análisis crítico de los posibles errores y las posibles virtudes que la reforma podría generar. En contraste con las experiencias educativas en Cuba y Finlandia, de gran éxito.

Palabras clave: Educación; Escuela Secundaria; Brasil; Cuba; Finlandia.

¹ Trabalho de conclusão de curso apresentado como condição para obtenção do título de Especialista em Mídia, Informação e Cultura.

1. Projeto de Educação

1.1. Reforma brasileira

A Medida Provisória nº 746, de 22/09/16, que faz mudanças no ensino médio brasileiro foi aprovada no dia 08/02/17. Tendo como principais pontos: Instituir o fomento à inserção do ensino em tempo integral e a flexibilização das matérias – alterando a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que institui as diretrizes e bases da educação nacional (LDB), e a Lei nº 11.494 de 20 de junho 2007, que regula o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). Apoiados na premissa de ser um ensino que dialoga melhor com a juventude e com o setor produtivo. Como diz o Ministro da Educação, José Mendonça Bezerra Filho²:

4. Atualmente o ensino médio possui um currículo extenso, superficial e fragmentado, que não dialoga com a juventude, com o setor produtivo, tampouco com as demandas do século XXI. Um pesquisa realizada pelo Centro Brasileiro de Análise e Planejamento - Cebrap, com apoio da Fundação Victor Civita - FVC, evidenciou que os jovens de baixa renda não veem sentido no que a escola ensina. (FILHO, 2016)

As formas de se dialogar chamam atenção. A MP faz mudanças no currículo a fim de trazer um tipo de personalização do ensino. O ensino médio será composto por uma Base Nacional Comum Curricular e por itinerários formativos específicos. Que são: I-Linguagens; II-Matemática; III-Ciências da Natureza; IV-Ciências Humanas; e V-Formação Técnica e Profissional. Podendo o estudante escolher qual itinerário seguir. Também, aumentando gradativamente a carga horária até chegar ao ensino em tempo integral com 1400 horas anuais.

Com a Medida, o Ministério da Educação visa melhorar as condições sociais e econômicas do país. Pois reconhece que a falta de escolaridade estagna e pode agravar tais problemas. Na visão do MEC as mudanças seriam possíveis métodos para diminuir a evasão escolar. Pois o ensino passaria a ter uma finalidade mais clara e faria mais sentido aos estudantes. Entendendo que as falhas no ensino atual são a causa desta evasão. Expressada no trecho a seguir³:

² Em carta anexada ao texto da MP.

³ Ibidem.

13. Isso é reflexo de um modelo prejudicial que não favorece a aprendizagem e induz os estudantes a não desenvolverem suas habilidades e competências, pois são forçados a cursar, no mínimo, treze disciplinas obrigatórias que não são alinhadas ao mundo do trabalho, situação esta que, aliada a diversas outras medidas, esta proposta visa corrigir, sendo notória, portanto, a relevância da alteração legislativa (FILHO, 2016).

1.2. Modelo Estadunidense

Em diversos momentos a MP aponta problemas da educação que supostamente agravam os problemas econômicos do país. O professor Luiz Carlos Freitas aponta que todo esse ambiente criado tem como objetivo chegar a privatização do ensino brasileiro. Para ele, o Brasil vem seguindo os mesmo passos da reforma estadunidense. E no presente artigo faz-se necessário entender como foi este processo.

Uma coalizão de diversas áreas de influência – grupos de mídia, empresários, instituições etc. – denominada *Business Roundtable*, propôs uma reforma para “consertar” a educação nos Estados Unidos. Criou-se um ambiente de caos no sistema educacional; pressões por melhorias; relatórios mostrando a ineficácia do sistema atual de ensino – como a *Nation at Risk* de 1983; e outros ataques ao modelo de educação vigente. Ao qual comprometeria a competitividade do país no cenário internacional. Tanto se fez que, em 2001, foi aprovada a lei *No Child Left Behind* – que impõe, em síntese, uma educação baseada em resultados. Antes da sua aprovação, teóricos da educação já havia desmanchado esse clima de caos criado. Mas as ideias já tinham criado raízes.

A crise fabricada não foi um acontecimento acidental. Pelo contrário, ela apareceu dentro de um contexto histórico específico e foi conduzida por críticos identificados com objetivos políticos que podiam promover os educadores à condição de bodes expiatórios. Também foi embasada desde a sua criação por uma variedade de técnicas questionáveis – incluindo métodos enganosos de análise de dados, distorção de dados e resultados de relatórios, e supressão de evidências contrárias. Além disso, foi amarrada a esquemas equivocados para “reformular” a educação – esquemas que, se aprovados, podiam prejudicar seriamente as escolas americanas. (BERLINER e BIDDLE, 1995 apud Freitas, 2012: p. 381)

Assim, reformas prejudiciais foram aprovadas, uma enorme quantia de dinheiro foi desperdiçada e a moral dos profissionais da educação caiu. Tudo isso

com o apoio dos norte-americanos que já acreditavam nos grandes mitos disseminados pelos reformadores.

Testes padronizados, ranqueamento das escolas e professores, recompensas e sanções, foram as formas para construir a nova educação no país. Uma forma de controle tecnicista – ou “neotecnicista”.

O tecnicismo se apresenta, hoje, sob a forma de uma “teoria da responsabilização”, meritocrática e gerencialista, onde se propõe a mesma racionalidade técnica de antes na forma de “standards”, ou expectativas de aprendizagens medidas em testes padronizados, com ênfase nos processos de gerenciamento da força de trabalho da escola (controle pelo processo, bônus e punições), ancorada nas mesmas concepções oriundas da psicologia behaviorista, fortalecida pela econometria, ciências da informação e de sistemas, elevadas à condição de pilares da educação contemporânea. Denominamos esta formulação “neotecnicismo”(FREITAS, 2012: p. 383).

Com o sistema de *Responsabilização* – ranqueamentos e medidores das escolas, alunos e professores – e *Meritocracia* – premiação dos melhores resultados – cria-se um ambiente para a *Privatização*. Com políticas de concessão algumas escolas tornaram-se públicas com gestão privada. Mantém-se gratuita para os alunos, mas o Estado repassa para a iniciativa privada os recursos destinados à área. E outras como *vouchers* – bolsas pagas pelo governo em instituições privadas (modelo semelhante ao ProUni no ensino superior).

No Brasil, o *Todos pela Educação*⁴ encabeça um movimento semelhante. Toda a crise já vem sendo fabricada. E com último ranking do Enem ganhou ainda mais força e argumentos para tais reformas, apoiados pela mídia. No dia 04/10/2016 o Jornal Nacional (Rede Globo) fez esta comparação do resultado do Enem entre escolas públicas e privadas, com o comentário da Priscila Cruz, presidente do *Todos pela Educação*, falando sobre a urgência de mudanças.

Comparar escolas públicas e privadas é, para ser brando, incoerente. As escolas públicas, necessariamente, são obrigadas a aceitar qualquer tipo de aluno. Enquanto as escolas públicas podem aceitar aqueles que irão render o necessário – podendo dividi-los em salas de proficiência e exclusão dos que não acompanharem. Fora isso, cada sala de um colégio público contém quase o dobro de alunos de uma sala de colégio particular. Diversos problemas enfrentados pela educação pública não acontecem no setor privado. Não se podem comparar

⁴ Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip).

sistemas incomparáveis. Toda essa demagogia esconde o verdadeiro intuito dessa reforma. O Setor de Educação foi o que mais cresceu entre todos os setores da BOVESPA nos últimos anos, criando valor aos acionistas e aumentando acentuadamente sua base de alunos⁵.

1.3. Concepção Cubana

Em Cuba, desde a revolução de 1959, percorreu e ainda percorre caminhos para a melhoria da educação. A primeira coisa que mudou foi colocá-la como uma das prioridades do país. Em dois anos, já se tornara o primeiro país latino americano a erradicar o analfabetismo – com a Campanha Nacional de Alfabetização. Mas para que a educação engrenasse, além de erradicar o analfabetismo e garantir o acesso básico, Cuba passou a investir na continuidade da educação e na formação docente. Aumentando o nível de escolaridade e o nível de qualidade.

A educação – como a sociedade em geral – é baseada nos pensamentos de José Martí. Que em linha gerais:

[...] São identificados em sua obra quatro princípios da educação popular: a valorização da pluralidade de saberes; a relação interpessoal como ambiente para o aprender-ensinar e base para a transformação social; o conhecimento da realidade a partir de uma perspectiva emancipatória como ato político; e a educação como processo autoformativo da sociedade. (STRECK, 2008: p. 11)

A educação cubana é pautada conceitos que trabalham em cima das relações dicotômicas como: Corpo x Alma; Campo x Cidade; Individual x Coletivo. E dentro disto, preparam seus estudantes por completo. Sempre baseado nos princípios da sociedade.

Apesar de parecer contraditório, Cuba garante a autonomia e individualidade de cada cidadão e coloca o coletivo em primeiro plano. Os qualifica para que tenha uma sociedade mais evoluída. Essa relação de Individual x Coletivo é descrita pelo Prof.º Dr. Felipe Chibás Ortiz ⁶:

⁵ Setor Educação: Desempenho 2011 – 2015. Disponível em: <<http://www.sabe.com.br/setor-educacao-desempenho-2011-2015/>> Acesso em: 26 nov. 2016.

⁶ O professor Doutor Felipe Chibás Ortiz é professor da ECA. Doutor em Ciências da Comunicação pela ECA-USP (2005), mestre em Cultura e Comunicação pelo PROLAM pela USP (2000). Tem licenciatura em Psicologia pela Universidade de La Habana, Cuba.

Em Cuba, de maneira geral, prioriza muito mais o coletivo do que o indivíduo. Você havia me perguntado sobre a comunidade. É muito mais presente a Comunidade. As pessoas são mais coletivistas. Porque o próprio regime potencializa isso (Informação pessoal)⁷.

Por isso, igualdade talvez seja o princípio mais latente empregado à educação. Foram criadas escolas nos lugares mais longínquos da ilha, prédios abandonados foram transformados em escola e outras diversas medidas foram tomadas para garantir o acesso de todos. Mas a igualdade se exerce pelo não sexíssimo, condições diferenciadas para alunos que necessitem e outras medidas. Assim, com condições iguais para todos, pode criar um sistema meritocrático justo e uma sociedade com menos disparidade.

Em relação à educação secundária – equivalente ao nosso ensino médio – é formada de dois estágios: secundária geral e pré-universitária, propagada em todo o seu território.

A concepção para o secundário geral cumpre dois princípios básicos propostos pelo MINED (Ministerio de la Educación): propõe que cada PGI (professor geral integral) tenha até 15 alunos; e o uso eficiente das novas tecnologias. Para o primeiro princípio:

A relação de um docente para cada 15 alunos na escola secundária, aliada a jornada de tempo integral na mesma escola com 50% para atividades coletivas extra classe, representa uma melhoria significativa das condições de trabalho docente, no sentido de garantir a qualidade do ensino. (TROJAN, 2008: p. 61)

O PGI é uma reformulação do professor que teve início no ano 2000. Como os professores brasileiros das séries iniciais exercem a uni docência – para isso os professores receberam uma formação especial. As funções atribuídas ao PGI incluem:

[...] conseguir um profundo domínio das individualidades de seus alunos, suas necessidades, conflitos e interesses; realizar um diagnóstico, integral e fino de cada um deles a partir do expediente acumulativo do escolar; e responsabilizar-se pelas ações educativas de seu grupo, junto com os professores de Inglês, Educação Física, Instrutores de Arte e pais. (MINED, 2007 apud TROJAN, 2008: p. 61)

Para o segundo princípio – sobre o uso da tecnologia – são lotados técnicos em todas as escolas, responsáveis pela capacitação dos docentes e pelos

⁷ Ortiz, F. C. Fala da em entrevista no dia 23 mar. 2017.

laboratórios dos alunos, também, dentro da relação 1/15 (MINED, 2007 apud TROJAN, 2008: p. 61).

No estágio pré-universitário, como explicado no Portal CubaEduca⁸:

La Educación Preuniversitaria en Cuba tiene como fin la formación de bachilleres con una cultura general sustentada en el principio martiano de estudio trabajo, con una participación protagónica e incondicional en la construcción y defensa del proyecto socialista cubano y en la elección consciente de la continuidad de estudios en la Educación Superior, en carreras priorizadas territorialmente. (MINED)

Assemelha-se com as Etec's brasileiras. Um diploma intermediário entre o ensino médio e o ensino superior. Com características próprias do regime – como dito por Ortiz.

Como consequência o Banco Mundial publicou um informe intitulado "Professores excelentes. Como melhorar a aprendizagem na América Latina e Caribe". Que aponta Cuba como o único país da América Latina e do Caribe que possui um sistema educacional de alta qualidade – informação que foi censurada pela imprensa internacional, segundo coordenador do portal Cubainformación.

1.4. Concepção Finlandesa

Desde o século XIX, a Finlândia vem avançando sua educação. Aumentaram-se os investimentos estatais em educação superior e secundária. Pois já era percebido que a elevação do nível educacional da população era um grande passo para modernizar-se e crescer economicamente. Também foram construídas escolas públicas – que garantiam o acesso de todos – e a criação de um Conselho de Ensino - que substituiu a administração que era feita pela igreja.

Após sua independência, em 1917, era necessário repensar toda a sociedade. E a educação foi tratada com um dos pilares para a mudança social no país. Foram criadas leis que garantiam o acesso de todos à educação. Nesse período, a centralização do sistema educacional garantia ao governo autoridade sobre a evolução de todos os níveis de ensino, assegurando a padronização nacional da educação. (OLIVEIRA, 2011: p. 71)

⁸ Portal educativo do Ministerio de Educación de la República de Cuba.

A educação Finlandesa é pautada na equidade. Para tal dispõe, como Cuba, de um ensino totalmente gratuito em todos os níveis; apoio a todos que precisem e relatórios precisos de cada aluno.

Um dos princípios básicos da educação finlandesa é que todas as pessoas devem ter igualdade de acesso à educação de qualidade e treinamento. As mesmas oportunidades de educação devem estar disponíveis para todos os cidadãos, independentemente da sua origem étnica, idade, condição econômica ou moradia. (MINEDU, 2016: p. 6)

Os anos 40 e 50 foram focados no aumento do nível educacional da população. Mas principais propostas para a educação foram entre as décadas de 60 e 70. Primeiro fazendo com que os alunos entrassem no ensino básico aos seis anos de idade. Em seguida eliminou-se a separação dos alunos entre estudos acadêmicos ou vocacionais – que ocorria quando os estudantes alcançavam 10 anos de idade; não permitia mobilidade entre as duas modalidades de aprendizado; e beneficiava aqueles provenientes de famílias abastadas⁹. Também foram instituídos nove anos de ensino básico e os serviços disponíveis para os estudantes – refeições diárias, transporte e assistência médica (1970); Criou-se o Currículo para o Ensino Inclusivo¹⁰, em resposta às críticas que eram feitas as transformações inclusivas, garantindo harmonia entre as escolas e incentivando os profissionais (1971); Mudanças abrangentes que reestruturava o sistema educacional – a fim de consolidar o Ensino inclusivo, expansão do ensino superior e introdução de auxílio econômico aos estudantes (1975); Lei sobre a Formação dos Professores – exigindo o nível de Mestrado, para contratações de professores (1979).

O ensino finlandês preza pela qualidade. Desde a qualificação dos profissionais – como supracitado – até ambientes propícios para o aprendizado. Cada escola tem até 500 alunos (menos de 5% passa desse número) divididos em 20 alunos por sala.

Diferente dos EUA e do Brasil, na Finlândia não há nenhum teste padronizado para examinar a qualidade das escolas e ranqueá-las. Para que as escolas não percam a autonomia estudando apenas os quesitos avaliados. E

⁹ DAHLMAN; ROUTTI; YLÄ-ANTTILA, 2007, p. 56; SAHLBERG, 2009, p. 17 apud OLIVEIRA, 2011: p. 72.

¹⁰ O conceito de ensino inclusivo - *comprehensive school* - compreende um sistema público de ensino no qual a admissão de estudantes não se baseia em critérios de seleção por desempenho escolar, mas sim no ingresso universal. (OLIVEIRA, 2011: p. 72)

garantem a que a qualidade é a mesma em todas escolas – não incentivando competição entre elas.

2. Proposta de mudança na MP

2.1. Escola em tempo integral

O ensino em tempo integral é tratado de formas diversas pelo mundo a fora. E tem resultados também diversos. Por exemplo: os estudantes Finlandeses têm os dias de escola mais curtos e os mais curtos anos escolares em todo o mundo Ocidental¹¹. Enquanto Cuba dispõe de um ensino em tempo integral – como já citado parafraseando Rose Meri Trojan. E ambos com ótimos resultados.

O que preocupa nesta mudança é saber que as escolas brasileiras já estão superlotadas. Não há espaço para todos os alunos mesmo dividindo em três turnos. Como ficará quando estiverem todos no mesmo turno? O MEC ainda não foi claro com as estratégias para a mudança.

Outro fato preocupante é que hoje cada estudante do ensino médio em tempo normal custa por ano R\$ 2,2 mil, de acordo com a ministra Cármen Lúcia¹², e cada estudante de ensino médio em tempo integral custará R\$ 4 mil, de acordo com o governo do Amapá – um dos estados que implantou o ensino médio em tempo integral neste ano (2017). O número quase dobra. E sabe-se que as escolas já sofrem com uma infraestrutura precária; falta de equipamentos; má remuneração dos profissionais da escola; e, em alguns casos, até falta de merenda e/ou de água. E com a aprovação da Emenda Constitucional Nº 95 de 15 de dez de 2016 (PEC do Teto dos Gastos Públicos) – que congela os gastos com educação por vinte anos – esse problemas financeiros tendem a piorar e esse aumento no investimento fica mais difícil.

Portanto, sem que o ensino em tempo integral esteja vigente, neste quesito não se pode examinar de maneira precisa.

¹¹ Dado apontado por Michael Moore no documentário “Where to Invade Next” (2016).

¹² Dado apontado pela Presidenta do Supremo Tribunal Federal (STF) Cármen Lúcia em palestra no 4º Encontro do Pacto Integrador de Segurança Pública Interestadual e da 64ª Reunião do Colégio Nacional de Secretários de Segurança Pública (Consesp), em Goiânia/GO. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/83819-carmen-lucia-diz-que-presos-custa-13-vezes-mais-do-que-um-estudante-no-brasil>>. Acesso em: 20 abr. 2017.

2.2. Flexibilização do Ensino

O outro ponto da mudança trazida pela MP é o de flexibilização no ensino com os itinerários formativos – citados anteriormente. A Finlândia adota um sistema em que o aluno tem uma maior liberdade de escolha. Incentivando a independência e a criatividade de cada aluno.

A escolaridade secundária, designada segundo ciclo da educação secundária (upper secondary education, segundo ISCED), de frequência facultativa, tem duas vias: geral e profissional, com passagens entre si. Compreende três anos, mas pode durar entre dois e quatro. Em 1985, deixou de ter um currículo anual e passou para uma estrutura modular, portanto mais flexível e com mais liberdade de escolha. Há três tipos de cursos: obrigatórios, especializados e aplicados. São os estudantes que organizam seu programa de aprendizagem, o qual deve incluir 75 cursos, cada um com 38 aulas de 45 minutos. São avaliados quando terminam cada módulo. (MONTEIRO, 2013: p. 29)

Com uma educação modular e de frequência facultativa, o aluno controla seu tempo de estudo. Constrói um currículo próprio. E, se quiser, pode complementar seus estudos com mais módulos do que o satisfatório para o Ministério – uma prática comum entre os estudantes finlandeses.

O Brasil tenta fazer mudanças para uma maior flexibilidade e liberdade de escolha por parte dos estudantes. Para que se cumpra o MEC dividiu os estudos em áreas de interesse. Podendo o aluno optar pelos quatro itinerários específicos ou pelo quinto que o dá a oportunidade de ter um curso técnico – o que facilitaria seu ingresso ao mercado de trabalho. Fazendo com que cada aluno estude sua área de interesse.

Há tempos que mudanças no ensino brasileiro se fazem necessárias. As escolas brasileiras têm um histórico de pouco ouvir seus estudantes. Mudanças no currículo para adequar-se às demandas do século XXI também. Mas a MP traz algumas contradições. Ou, no mínimo, alguns pontos que não são totalmente explícitos. Um ponto que não fica claro na fala é que a escolha sobre os itinerários não será feita, totalmente, pelo estudante. Na verdade, cada sistema de ensino – cada Estado – escolherá quais itinerários seguir de acordo com suas demandas e prioridades como diz no parágrafo terceiro (§ 3º) do texto da MP. Os alunos terão a incrível liberdade de escolha – como vem se falando – de optar pelo itinerário dentro do que o sistema de ensino dispõe. Podendo ter todas; apenas uma; todas e dividi-

las por escolas; etc. Com Emenda Constitucional Nº 95 – citada no item anterior – os sistemas de ensino terão menos dinheiro para dispor de todos os itinerários.

Difícilmente um dos sistemas de ensino deixará de fora o itinerário V-formação técnica e profissional. Pois é uma demanda “importante”. Os cursos profissionalizantes tendem a ser mais caros – por equipamentos e outras necessidades técnicas. Logo a chance de Estados com menos arrecadação dispor de dois ou mais itinerários diminui. Diminuindo também o poder de escolha.

Outro problema que não está sendo levado em consideração é que forçará o aluno a fazer uma escolha para seu futuro precocemente. A MP diz que a partir da metade do segundo ano o jovem poderá cursar algum desses itinerários. Provavelmente terá entre 15 a 16 anos. Uma fase que dificilmente já sabe qual caminho irá trilhar. E sem uma bagagem de conhecimentos gerais fica preso a estudar apenas o que escolheu. E sem que possa conhecer outras áreas para que possa escolher sua área com mais propriedade. É certo que é necessário um estudo sobre todas as ciências. Mesmo que seja por meio da sua área de interesse – como, por exemplo, um designer que terá matemática, artes, química, história e etc. aplicados a sua área. O MEC não debateu modos de diminuir as lacunas deixadas nas outras áreas de conhecimento.

Por isso em Cuba, mesmo nas escolas de especialidade e *Becas*¹³, o aluno estuda com foco no que escolheu, porém, tem uma formação completa. Para que não haja nenhuma defasagem. E mesmo que mude de ideia teve um ensino completo. Por exemplo: Os alunos que frequentam as *Becas* com foco no esporte e pretendem seguir uma carreira de atleta, estudam como qualquer outro. Visando que quando a carreira acabar ainda terá que exercer um ofício – sendo no esporte ou não.

O ministro Mendonça Filho, em seu texto anexado à MP, reconhece que o ensino atual está fragmentado e raso. Porém, com essa proposta de diminuição no currículo e de uma separação das áreas de interesse, ainda que possa trazer foco a algumas matérias, desconsidera a relações entre elas. Tornando-o ainda mais fragmentado. Sem a contextualização necessária acaba por reafirmar um buraco negro da educação exposto por Edgar Morin:

¹³ Uma escola de especialização onde o aluno faz intercâmbio dentro do próprio país. Geralmente situadas em Universidades ou com o apoio delas.

O segundo buraco negro é que não ensinamos as condições de um conhecimento pertinente, isto é, de um conhecimento que não mutila o seu objeto. Por que? Porque nós seguimos em primeiro lugar, um mundo formado pelo ensino disciplinar e é evidente que as disciplinas de toda ordem que ajudaram o avanço do conhecimento são insubstituíveis, o que existe entre as disciplinas é invisível e as conexões entre elas também são invisíveis, isto não significa que seja necessário conhecer somente uma parte da realidade, é preciso ter uma visão que possa situar o conjunto. É necessário dizer que não é a quantidade de informações, nem a sofisticação em Matemática que podem dar sozinhas um conhecimento pertinente, é mais a capacidade de colocar o conhecimento no contexto. (MORIN, 2014: p. 3)

O estreitamento do currículo faz com que foquem em determinados assuntos. Entendendo-os como o básico para todos. Quando se tem uma educação focada no básico excluem todo o resto que não se enquadra nisso. Ficam de lado todas as outras competências para a formação que não são avaliados nos testes – afetividade, criatividade, cidadania, expressão e outras diversas. Mesmo que a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) não tenha sido regulamentada ainda¹⁴, não é difícil prever que terá como foco os conteúdos avaliados pelo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Ensinar o básico com o pressuposto de que cada um complementar seus estudos em um futuro qualquer desresponsabiliza o estado pela formação dos cidadãos. Todos sabemos que a juventude mais pobre depende fundamentalmente da escola para aprender, e se for limitada a sua passagem pela escola às habilidades básicas, nisso se resumirá sua formação (SAVIANI, 1986. apud FREITAS, 2012: p. 12).

Ou seja, sem levar tudo isso em consideração, a flexibilização pode significar uma defasagem ainda maior no conhecimento. O que pretende dar uma liberdade causa uma limitação.

3. Papel do professor

O ensino pelo básico também tira a autonomia do professor e o desqualifica, pois qualquer um o ensina. Os níveis do IDEB, para o MEC, são preocupantes – como afirmava a primeira propaganda que justificava a reforma. Mostra-se a urgência de reverter tais indicativos. Como? Dispondo de um tempo muito maior para que aprendam as matérias avaliadas nos testes. Com apostilas

¹⁴ A estimativa é que o Conselho Nacional de Educação (CNE) avalie a versão final do documento no segundo semestre deste ano - como dito pela Assessoria de Comunicação Social (2017).

padronizadas, escolas em tempo integral e uma série de outras estratégias para que a educação não fuja disso e se fixe na cabeça dos estudantes. Assim, terão notas mais altas.

De fato é de se esperar que as notas aumentem com esse tipo de ensino. Pois aquilo estará fixo na hora do teste. Mas isso não significa que o aluno tenha aprendido aquele conteúdo de verdade. Diane Ravitch, ex-secretária-adjunta de Educação dos EUA, diz como foi essa questão com a reforma do ensino estadunidense – ao qual o país segue os moldes na reforma proposta pela MP e a reorganização escolar proposta em 2015 pelo governo de São Paulo.

A lição mais importante que podemos tirar do que foi feito nos Estados Unidos é que o foco deve ser sempre em melhorar a educação e não simplesmente aumentar as pontuações nas provas de avaliação. Ficou claro para nós que elas não são necessariamente a mesma coisa. Precisamos de jovens que estudaram história, ciência, geografia, matemática, leitura, mas o que estamos formando é uma geração que aprendeu a responder testes de múltipla escolha. Para ter uma boa educação, precisamos saber o que é uma boa educação. E é muito mais que saber fazer uma prova. Precisamos nos preocupar com as necessidades dos estudantes, para que eles aproveitem a educação.¹⁵

Outra mudança importante é a do Art. 61 inciso IV, que permite a contratação de “profissionais com notório saber” para ministrarem aulas no itinerário V – que condiz com as formações profissionais. As demandas do nosso século requerem pessoas especializadas em diversos assuntos com a finalidade de obter maior pluridisciplinaridade¹⁶, interdisciplinaridade¹⁷ e transdisciplinaridade¹⁸, atingindo uma educação mais completa. O ingresso de profissionais de áreas diversas pode ser um grande ganho.

Contudo, a escola é um local de aprendizagem. Precisa de pessoas capazes de mediar à relação de Estudante x Saber. A reforma proposta insere, para dentro da escola, pessoas que são reconhecidamente boas no que fazem e que tenham o “saber reconhecido pelos respectivos sistemas de ensino”. O que não necessariamente o fará um bom professor. Pois a profissão exige que o professor

¹⁵ Entrevista para o Estadão em 02 ago. 2010. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,nota-mais-alta-nao-e-educacao-melhor,589143,0.htm>> Acesso em: 25 nov. 2016.

¹⁶ Quando o mesmo objeto é abordado por diversas disciplinas.

¹⁷ Quando há uma transferência de métodos de uma disciplina para a outra; quando surge uma nova disciplina que une métodos de diversas disciplinas.

¹⁸ Quando os métodos tradicionais não dão conta de determinados assuntos e surge necessidade de transcender as disciplinas.

tenha diversas competências didáticas. Um profissional que não estudou teorias da educação talvez não enxergue, a princípio, qual a melhor maneira de ensinar o conteúdo e não tenha recursos para remodelar seu plano inicial caso os estudantes não estejam aprendendo. O que torna o ensino mais verticalizado e com menos diálogo com o aluno. Seguindo assim a lógica Patrão x Empregado. Que traz à tona o espírito mercadológico desta reforma.

Cuba e Finlândia apostam em um caminho totalmente oposto ao brasileiro. Em ambos os países, os professores são altamente qualificados. Tem escolas específicas para formação docente e continuação de seus estudos garantidos pelo estado. É uma profissão de prestígio. O que torna as exigências ainda maiores para quem quer exercê-la.

O elevado nível de formação é visto como uma necessidade na Finlândia, já que os professores gozam de muita autonomia profissional (MINEDU, 2016: p. 25). Autonomia é uma palavra constante na educação de Cuba e Finlândia, Os dois países seguem um currículo pedagógico nacional, porém, com uma autonomia muito grande para os sistemas locais, escolas e professores. Da mesma forma que é prometida pelo MEC¹⁹:

Estados, municípios e o Distrito Federal manterão sua autonomia, o que significa que poderão acrescentar conteúdos e competências. A Base não é camisa de força: longe disso, estimula a contextualização e a diversificação regional. O Brasil terá uma Base e muitos currículos. (Assessoria de Comunicação Social)

Essa autonomia não é apenas na liberdade de escolha do currículo. Mas na possibilidade de mudanças no meio do percurso. Afinal, a estruturação deve ser feita a partir das necessidades e virtudes dos alunos. É a partir de uma análise aprofundada sobre o aluno que se pode realmente ensiná-lo e orientá-lo – como é feito em Cuba e na Finlândia. Para garantir a autonomia, principalmente, do aluno como pessoa.

4. Ensino Profissionalizante

4.1. Escola pelo mercado

¹⁹ Portal do MEC, 06 Abr. 2017. Disponível em:
<<http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=47111>> Acesso em: 06 abr. 2017

É verdade que, sem dispor de todos os itinerários, o sistema de ensino diminui drasticamente a liberdade. Mas, ainda que haja um leque grande de escolha – como pode acontecer em Estados com uma arrecadação maior – os jovens, principalmente os de periferias, tenderão a optar pelo curso profissionalizante. Pois enxergarão ali uma oportunidade de se inserir no mercado.

A questão é que o mercado não abrirá mais vagas para que esses alunos entrem. Ele ocupará vagas de outros empregados. Por serem mais baratos, pois entrarão como “Jovens Aprendizes”, terão um grande acesso nas empresas que estão diminuindo seu quadro de funcionários.

Vive-se uma crise financeira mundial. Muitas empresas estão cortando gastos para não fecharem as portas. Precisam de profissionais bons e baratos. Que gerem lucro e com um custo-benefício ótimo para a empresa. A MP solucionar alguns dos problemas. Entendendo que: A falta de escolaridade reflete diretamente nos resultados sociais e econômicos do país²⁰.

O que aumenta a produção – pois com o salário de um, paga-se três aprendizes – e resolve o problema de custo-benefício. Mas que não melhora em nada a vida desse estudante.

4.2. Escola pela ascensão social

Na Finlândia, o ensino profissionalizante também é flexível. Com mais de cem programas diferentes de estudos em um sistema de mais de cinquenta qualificações profissionais. Estuda-se três anos, tendo, no mínimo, metade de um ano de aprendizagem no local do trabalho. Trazendo uma maior relação entre Teoria x Prática e Escola x Mercado.

A qualificação profissional é desenvolvida em cooperação com o mundo do trabalho e outras partes interessadas. Isso é feito para assegurar que as qualificações apoiem de forma eficiente e flexível a transição para o mercado de trabalho, bem como o desenvolvimento profissional e as mudanças de carreira. Além das necessidades do mundo do trabalho, o desenvolvimento do ensino e formação e qualificações levam em consideração a consolidação de habilidades de aprendizagem contínua, bem como as necessidades dos indivíduos e oportunidades para completar a qualificação com flexibilidade para atender às suas próprias circunstâncias. (MINEDU, 2016: p. 20)

²⁰ Ministro Mendonça Filho em carta anexada ao texto da MP.

Assim, o MINEDU faz com que estas relações se apliquem sem tirar a autonomia do aluno e não traga defasagem a seu conhecimento.

Em Cuba, jovens ingressam em empregos a partir do ensino pré-universitário – semelhante ao sistema finlandês e a proposta da MP. O governo cubano reconhece que a força de trabalho dos jovens é fundamental para economia e para a sociedade. E formam um dos grupos que têm prioridade na oferta de empregos. A tarefa de coordenar essa transição e assegurar a efetivação do trabalho é do *Ministerio de Trabajo y Seguridad Social*.

De acordo com Francisco Guillén Landrián²¹, a política de emprego é regida por alguns princípios. Sendo eles:

- 1) Pleno empleo.
- 2) Libertad para elegir empleo.
- 3) Empleo como base de la seguridad social.
- 4) Empleo sólo en plazas vacantes y trabajos útiles.
- 5) Estudio con remuneración económica, como un nuevo concepto de empleo.
- 6) Idoneidad demostrada.
- 7) Percibir salario igual por trabajo igual.
- 8) Prohibición del trabajo infantil.
- 9) Igualdad de oportunidades para obtener un empleo, sin discriminación de ningún tipo.
- 10) Seguridad y salud en el trabajo.
- 11) Reubicación de disponibles e interruptos y protección al ingreso cuando no puedan ser reubicados.
- 12) Capacitación y desarrollo para mejorar las competencias laborales. (LANDRIÁN, 2007: p. 96)

Esses princípios garantem que os jovens sejam incorporados no mercado de forma saudável. Diferente do exemplo citado anteriormente (no tópico 4.1.), esses adolescentes não entrarão em uma competição com os trabalhadores do setor e não receberão menos exercendo a mesma função – como os jovens aprendizes. E manterão se qualificando para o exercício – algo que dificilmente acontece no Brasil.

Um dado interessante que vale ressaltar é:

Como resultado de la política de empleo que se ha venido ejecutando, la tasa de desocupación en 2004 y 2005 es inferior al 2%, lo que técnicamente se considera de pleno empleo. (LANDRIÁN, 2007: p. 97)

²¹ Até a publicação de seu artigo (2007), encontrava-se como Vice Presidente de la Sociedad Cubana de Derecho Laboral y Seguridad Social. Informações mais recentes não foram localizadas.

Uma taxa de desemprego tão baixa talvez só se dê em países com sistemas político-econômicos como o sistema cubano. E, provavelmente, apenas em sistemas assim essa incorporação ao mercado de trabalho se dê de maneira propícia.

5. Expectações perante as mudanças

5.1. Efeitos colaterais

Mesmo que a reforma no Brasil ainda nem tenha entrado em vigor, pode-se imaginar ou esperar alguns efeitos dela tendo como referência o próprio EUA. Lá, desenvolveram uma série de efeitos colaterais. Alguns podem ser exclusivos dos estadunidenses, e sem que essas políticas vigorem por aqui, não é possível afirmar que se repetirá no Brasil. Mas outros são um pouco mais possíveis. Três destes grandes efeitos que ocorreram por lá e mais um que, possivelmente, se desenvolverá aqui: O primeiro deles é a *Estagnação*. A reforma não melhorou o posicionamento do país no Pisa (*Programme for International Student Assessment*/Programa Internacional de Avaliação de Estudantes). Há dez anos que estão na média e estagnados. Tendo as escolas de ensino regular e de gestão privada resultados semelhantes. Ou seja, o avanço prometido pela reforma cai por terra. Não há indícios de que a proposta irá realmente melhorar a educação brasileira. E não se perder mais uma década de estudantes.

A política educacional dos reformadores, portanto, não está baseada em evidência empírica consistente. Mas suponhamos que as tais evidências dessem suporte a estas categorias (responsabilização, meritocracia e privatização), considerando-as exitosas como política pública, o que, como vimos, não ocorre; mesmo assim, ainda existiriam muitas outras razões para rejeitarmos a estratégia dos reformadores empresariais da educação. (FREITAS, 2012: p. 388)

Há outras razões para rejeitá-la. Com uma educação voltada para resultados entra-se no segundo efeito colateral da reforma: a *Pressão por resultados*. Esta, já citada anteriormente, cria nas escolas o clima de competição. E serão bonificados apenas os que atingirem as metas estabelecidas. Isso faz com que as escolas foquem nos alunos “médios”. Pois os alunos que não acompanham ou os que estão acima da média – e necessitam de mais estímulos – ficam deixados de lado. Os alunos médios – que são a maioria – não podem cair de desempenho

para que possam atingir as metas. Os que estão acima da média, atingirão com facilidade as metas e ficarão estagnados e desestimulados. Os abaixo dela, serão excluídos. Criando assim o terceiro efeito colateral: a *Segregação*.

Podem-se haver dois tipos de segregação: a de *Triagem*; e a de *Separação de turmas*. A primeira ocorre na matrícula.

Estudo do Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (Cenpec) (Ernica & Batista, 2011) mostra que, com a pressão por desempenho, as escolas podem especializar-se em determinadas clientelas de estudantes, sendo deixadas no conjunto do território para a destinação de alunos de baixo desempenho. As escolas vão travando a entrada de alunos de risco e dirigindo-os a outras escolas. [...] (FREITAS, 2012: p. 393)

Não é difícil imaginar quem serão esses “alunos de risco”. Estudantes pobres; periféricos; negros; todos que sempre foram segregados terão mais um mecanismo para distanciá-lo dos seus direitos. Pessoas que sempre lhe é negada condições decentes de moradia, saúde, saneamento básico e de educação, continuará em uma escola que não o estimula e nem o ajuda. Uma escola que dificilmente atingirá as metas – logo não ganhará nenhuma bonificação; uma escola com poucos recursos perante as demais; uma escola que servirá apenas como um depósito de pessoas. Piorando a situação atual e criando uma enorme lacuna entre os supostos “merecedores” e os “não merecedores”.

A segunda forma de segregação ocorre dentro da própria escola. Separam em turmas os alunos por grau de eficiência – essa prática já é adotada em algumas escolas particulares. Pressupondo que desta forma as turmas terão um ensino de acordo com as necessidades. Essa prática não leva em consideração que há eficiências e dificuldades diversas. Logo, colocar os com dificuldades juntos não significará que todos têm a mesma deficiência e que será superada ao longo do ano. A turma “A” será a especial; a turma “B” tentará chegar à turma “A”; e a turma “C” ficará com o que sobrar, pois não haverá tempo para que cheguem muito longe. Isso só irá segregar os alunos e criar a ideia de que uns são melhores do que os outros.

Toda essa segregação cria um quarto efeito colateral: a *Evasão*. Este problema tem diversas variáveis. E não se dá apenas pela segregação. A segregação desestimula o jovem. Jogá-lo em uma escola sem perspectiva, precarizada e superlotada; criar diversos mecanismos para que ele sinta-se inferior aos demais; arquitetar um sistema que o desfavoreça; fará com que ele queira fugir.

Muitos estão fora da escola por não acompanharem o ritmo. E esse modelo de ensino só irá fazer com que tenha certeza de que ali não é seu lugar.

Outra variável que se deve levar em consideração é o fato de que muitos precisam trabalhar para ajudar a renda familiar – principalmente os alunos de periferia. Se com um único período – onde alguns conseguem conciliar trabalho e escola – já ocorre esse problema, o que esperar de uma escola de período integral - onde a maior parte do seu tempo terá que ser dada à escola? Infelizmente, que haja um afastamento ainda maior.

5.2. Outras perspectivas

O filósofo Roberto Mangabeira Unger, ex-ministro-chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República do Brasil, elaborou um projeto de reforma para a educação, denominada “Pátria Educadora” (2015)²². Proposta que tem algumas semelhanças com a reforma do MEC em termos de “o que deve mudar”, mas com outra concepção de “como mudar”. A proposta tinha como pontos principais: *Cooperação federativa no ensino* – onde os sistemas de ensino auxiliariam uns aos outros, principalmente os com mais dificuldades; e uma *Reorientação do paradigma curricular e pedagógico*.

Com uma *Cooperação federativa* – dando apoio, socorro, troca de experiências e repasse de recursos maiores para os que precisam de correções urgentes, cria-se uma paridade e equidade na educação. Diferente da reforma empresarial feita nos EUA, e que está acontecendo aqui, que isola cada sistema de ensino e o privilegia através de uma suposta meritocracia.

A *Reorientação do paradigma curricular e pedagógico* proposta por Mangabeira Unger não visava, necessariamente, estreitar o currículo como a proposta do MEC. A Base Comum Nacional, não se submeteria ao básico.

2. A Base Nacional Comum abandonará o enciclopedismo raso que tradicionalmente marca nosso ensino. Não se contentará, porém, em colocar enciclopédia menor -- conjunto de conteúdos consagrados -- no lugar da enciclopédia maior. Dará a capacitações primazia sobre conteúdos. E na maneira de tratar conteúdos preferirá o aprofundamento seletivo à superficialidade abrangente. No fundamental 1, não há distinção clara entre conteúdos e capacitações. No fundamental 2, a diferença começa a ser

²² Engavetado pelo Palácio do Planalto. Inviabilizada por uma disputa de protagonismo político entre Mangabeira e Renato Janine Ribeiro (ministro da Educação naquele momento).

importante. No ensino médio, ela torna-se decisiva. O aprofundamento seletivo -- mutável ou itinerante -- funcionará como palco para adquirir capacitações analíticas. (UNGER, 2015: p. 24)

Desconstruindo a necessidade de o ensino ser voltado para o básico. Algo que a Finlândia já faz e vai além. Entendendo que a sua base deve buscar atingir objetivos elevados e globais. Como nos aponta Von Zastrow no trecho a seguir:

Eu posso entender a hesitação de algumas pessoas nos EUA (...), porque nós muitas vezes nos perguntamos se não era melhor termos objetivos mínimos de ensino. E descobrimos que não é muito inteligente, porque é melhor ter objetivos globais de certos assuntos. Porque se você definir objetivos mínimos para as escolas você sempre vai alcançar objetivos baixos, mínimos. E é por isso que estabelecemos objetivos elevados, e eles são elevados para todos, e nós nunca estabelecemos objetivos da maneira que eles possam impedir que os professores usem sua própria capacidade de ampliar a educação. Não é o caso de limitar os métodos. Nós só falamos sobre os objetivos. (ZASTROW, 2008 apud FREITAS, 2012: p. 389)

Da mesma forma que Cuba enxerga as escolas de especialidades e escolas técnicas – onde todas as relações de teoria x práticas são contempladas –, Mangabeira Unger também enxergara a necessidade do ensino profissional no ensino médio e de formações específicas (profissional, científica e cultural). Mas sem ser excludentes e sem ter o espírito tecnicista. E sim, com um aprofundamento contextualizado.

Na perspectiva de conferir especialidades a estas dimensões constitutivas da prática social que devem organizar o ensino médio de forma integrada - trabalho, ciência e cultura - que se entende a necessidade de o ensino médio ter uma base unitária sobre a qual podem se assentar possibilidades diversas de formações específicas: no trabalho, como formação profissional; na ciência, como iniciação científica; na cultura, como ampliação da formação cultural.

Isto não significa que a opção pelo aprofundamento em uma dessas dimensões no currículo do ensino médio implica a exclusão das demais. Proceder dessa maneira significaria retomar a fragmentação em ramos formativos, a exemplo do clássico e do científico, instituídos pela reforma Capanema há muito superada, assim como manter a coexistência de um ensino exclusivamente propedêutico e outro restritamente profissionalizante é insistir na histórica dualidade educacional com a qual ainda não se conseguiu romper. (UNGER, 2015: p. 55)

Dividir a educação em disciplinas e isolá-las – como está sendo proposto com os itinerários do MEC – é uma atitude totalmente positivista²³. Precisa-se, como dito por Morin (2014), para contemplar o novo paradigma e a educação do futuro: entender o que é o conhecimento e as condições para que seja pertinente, dando subsídios para que o jovem busque sempre mais e de maneira autônoma e caminhe a transdisciplinaridade; compreender as condições e identidades humanas, entendendo a si e ao outro (socialmente, culturalmente, psicologicamente etc); entender as condições e os rumos do planeta, o que diz respeito ao progresso sustentável (tanto em recurso da Terra, como em harmonia entre os países globalizados); e deixar de ensinar apenas as certezas do mundo. Ou seja, ensinar as incertezas, que tanto beira a pós-modernidade. Este último, entendido também pela curadoria 32ª Bienal de São Paulo:

A experiência da incerteza é complexa e deve ser entendida como um ponto de bifurcação que pode gerar dois caminhos ou duas posições ético-políticas distintas. No primeiro caminho, a incerteza é vivida como algo perigoso, demasiado grande, que não é possível combater. Ao nos agarrar à certeza do conhecido, escolhemos nossas vidas - surge o medo, a indiferença e o desencanto. No segundo, a incerteza dá lugar à invenção, fazendo emergir atitudes de engajamento e participação que procuram originar estratégias de construção de um mundo comum. Para pensar o papel da educação em tempos de incerteza é preciso seguir o segundo caminho, o da invenção. (Kastrup, 2016: p. 3)

Ainda que a proposta de Unger mereça uma análise maior para destrinchar suas reais virtudes e erros, ela se coloca mais próxima aos conceitos do século XXI do que a proposta do MEC. E também mais atada aos problemas brasileiros.

6. Últimos apontamentos

A Medida Provisória nº 746, de 22/09/16, traz algumas lacunas e contradições. Mostrando-se ineficaz perante os problemas do ensino brasileiro. Melhorar o quadro em números não adiantará. Aumentar as notas ou o número de jovens no mercado de trabalho não basta para dizer que se está fazendo o certo. Ambos, quando mensurados descontextualizados do todo, mostram uma fotografia

²³ Concepções de Augusto Comte. Onde se divide o conhecimento em áreas de especialidades/disciplinas e obtém um estudo sistemático e descritivo do objeto.

do resultado. Não considera os meios e nem os resultados em longo prazo. Ou seja, podem ser enganador e consequentemente nocivos à educação.

Sendo assim, apesar de prometer dialogar com as demandas do nosso século XXI, a Medida Provisória nº 746 está na contramão. As reformas no ensino brasileiro são urgentes sim. Mas essa proposta de reforma não fará evoluir em nada. A educação brasileira continuará estagnada; com uma educação fragmentada; segregada; e com uma evasão que tende a piorar. Ou seja, não repara os problemas que o texto da MP promete resolver e ainda os agrava – como ocorreu nos EUA e em outros lugares onde medidas parecidas foram empregadas. Toda mudança, principalmente na Educação de um país com uma população tão grande, precisa ser extremamente calculada. Qualquer erro pode significar milhões de pessoas vitimadas por um sistema de ensino ineficaz.

Finlândia e Cuba tratam a educação como prioridade. Esses países compreendem que a Educação é a base para a sociedade. Valorizam suas escolas e seus profissionais. Investem muito em seus estudantes e em infraestrutura. Ambos dispõem de sistemas complexos e de alto nível – com reconhecimento internacional. E tudo isso foi fruto de anos de trabalho e mudanças voltadas para o social. Foi resultado de uma reestruturação de toda a sociedade e de seus valores.

Entretanto, o artigo não pretende comparar o Brasil com a Finlândia e nem com Cuba. Por aqui há peculiaridades e disparidades que não têm nesses lugares. Também não quer dizer que adotar todas as medidas para a educação que foi aplicada, faria o Brasil se igualar com esses países. E muito menos, tem a pretensão de coloca-los com perfeitos. Pois também cometem falhas e precisam evoluir em alguns quesitos. Apenas coloca uma perspectiva possível. Propõe que se olhem outras concepções de ensino e que extraia para o sistema brasileiro o melhor delas.

As questões que estão sendo colocadas são: Por que apostar em um sistema com uma estrutura mercadológica, que se já mostrou ineficaz em outros países, ao invés de apostar em um sistema voltado para o social que melhora a educação? Por que copiar de quem está na média do Pisa há 10 anos (EUA) ao invés de copiar sistemas que vem sendo reconhecidos merecidamente?

Referências Bibliográficas

ABREU, J. Custo por aluno do ensino integral será de R\$ 4 mil por ano, diz governo. **G1**, 16 de Jan de 2017. Disponível em:

<<http://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2017/01/custo-por-aluno-do-ensino-integral-sera-de-r-4-mil-por-ano-diz-governo.html>>. Acesso em: 20 abr. 2017.

ADITAL, S. L. Banco Mundial: Cuba tem o melhor sistema educacional da América Latina e Caribe. **Ceert**, 04 set. 2014. Disponível em:

<http://www.ceert.org.br/noticias/politica-no-mundo/5223/banco-mundial-cuba-tem-o-melhor-sistema-educacional-da-america-latina-e-caribe>. Acesso em: 25 abr. 2017.

AGÊNCIA CNJ DE NOTÍCIAS. Cármem Lúcia diz que preso custa 13 vezes mais do que um estudante no Brasil. **Portal CNJ**, 10 nov. 2016. Disponível em:

<<http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/83819-carmen-lucia-diz-que-preso-custa-13-vezes-mais-do-que-um-estudante-no-brasil>>. Acesso em: 20 abr. 2017.

BRASIL. EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 95 de 15 dez. 2016. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 23 de set. de 2016. Seção 1 - p. 2.

BRASIL. Medida Provisória nº 746, de 22 set. 2016. Institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e a Lei nº 11.494 de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 23 set. 2016. Seção 1 - Edição Extra.

DIAS, M. Setor Educação: Desempenho 2011 – 2015. **SABE – Sistema de Análise de Balanços Empresariais**, 2015. Disponível em: <<http://www.sabe.com.br/setor-educacao-desempenho-2011-2015/>> Acesso em: 26 nov. 2016.

FREITAS, L. C. de. Os reformadores empresariais da educação: da desmoralização do magistério à destruição do sistema público de educação. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 33, n. 119, p. 379-404, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v33n119/a04v33n119.pdf>>. Acesso em: 17 abr. 2017.

IWASSO, S. Nota mais alta não é educação melhor. **O Estado de S. Paulo**, 2 ago. 2010. Disponível em: <[hp://www.estadao.com.br/noticias/impreso,nota-mais-alta-nao-e-educacao-melhor,589143,0.htm](http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,nota-mais-alta-nao-e-educacao-melhor,589143,0.htm)> Acesso em: 25 nov. 2016.

LADRÍAN, F. G. Formación Profesional Y Empleo De Los Jóvenes en Cuba. **Revista Latinoamericana de Derecho Social**, México, n. 5, p. 93-104, 2017. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=429640260005>> Acesso em: 20 mar. 2017.

KASTRUP, V. Incerteza Viva – Educação e Incerteza. **32ª Bienal de São Paulo**, P.3-5, 2016.

MANZANEDA, J. La prensa mundial censura a la UNESCO y al Banco Mundial... cuando elogian la educación en Cuba. **Cubainformacion**, 24 Abr. 2015. Disponível em: <<https://cubainformacion.tv/index.php/lecciones-de-manipulacion/62353-la-prensa-mundial-censura-a-la-unesco-y-al-banco-mundial-cuando-elogan-la-educacion-en-cuba>> Acesso em: 25 Abr. 2017.

MEC. Ministério garante apoio a professores na implantação da Base Comum Curricular. **Portal do MEC**, 06 Abr. 2017. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=47111>> Acesso em: 06 abr. 2017.

MINED. La Educación Preuniversitaria. **Portal CubaEduca**. Disponível em: <http://educaciones.cubaeduca.cu/index.php?option=com_content&view=article&id=86:preuniversitario-institucional-la-educacion-preuniversitaria&catid=16&Itemid=26> Acesso em: 26 abr. 2017.

MINEDU. A educação na Finlândia. **Finnish National Agency for Education**, 2016. Disponível em: <http://www.oph.fi/download/151279_education_in_finland_portuguese_2013.pdf> Acesso em: 17 abr. 2017.

MONTEIRO, A. dos R. Finlândia: Um Sistema De Educação Admirável. **Poiésis - Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação**, Santa Catarina, v. 7, n. 11, p. 26-39, set. 2013. ISSN 2179-2534. Disponível em: <<http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/Poiesis/article/view/1627/1221>>. Acesso em: 20 mar. 2017.

MOORE, M. **Where to Invade Next**. [Filme-Documentário]. EUA. Dog Eat Dog Films, 2016. 120 min. Cor. Som.

MORIN, E. **Os setes saberes necessários à educação do futuro**. Cortez Editora, 2014.

MOURA, R. M. Planalto engaveta o projeto Pátria Educadora. **Exame**, 13 set. 2015. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/brasil/planalto-paralisa-mote-do-2o-mandato/>> Acesso em: 28 abr. 2017.

OLIVEIRA, A. B. de. **O desenvolvimento econômico da Finlândia: o papel das inovações tecnológicas e da educação**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011. Disponível em:

<<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/40276/000826828.pdf?sequence=1>> Acesso em: 06 abr. 2017.

STRECK, D. R. José Martí e a educação popular: um retorno às fontes . **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 34, n. 1, p. 11-25, apr. 2008. ISSN 1678-4634. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/ep/article/view/28072/29878>>. Acesso em: 20 abr. 2017.

TROJAN, R. M. Educação básica e formação docente em Cuba: prós e contras. **Jornal de Políticas Educacionais**, Paraná, n. 3, p. 53-64, 2008. Disponível em: <<http://revistas.ufpr.br/jpe/article/view/15016>> Acesso em: 20 mar. 2017.

UNGER, R. M. 5. Propostas apresentadas como Ministro em 2015 - Educação: qualificação do ensino básico. **Roberto Mangabeira Unger**. Disponível em: <<http://robertounger.com/portuguese/propostas.php#5>> Acesso em: 27 nov. 2016.